

Prefácio

Foram recentemente publicadas em Portugal várias obras de diferentes autores alertando a população para os males que o vírus populista poderá trazer à saúde das democracias liberais. Chantal Mouffe não segue por esse caminho. Para a cientista política, o populismo é uma via legítima que a esquerda — família política em que Mouffe se filia — deverá explorar destemidamente. Este livro trata por isso de lançar um tal desafio a partidos europeus de esquerda como o Syriza, o Podemos, o Bloco de Esquerda, a La France Insoumise (de Jean-Luc Mélenchon), o partido alemão Die Linke (A Esquerda) ou ainda o Labour de Jeremy Corbyn. Para Mouffe, alguns dos avanços político-eleitorais que estes diferentes protagonistas partidários mais recentemente alcançaram devem-se a um certo potencial populista veiculado na sua actuação. Um potencial que, propõe a autora, deverá agora ser explorado de forma deliberada e aberta.

A apoiar este apelo a uma viragem populista da esquerda, encontra-se um percurso de reflexão com largos anos, que a autora realizou ao lado de Ernesto Laclau (1935–2014), a quem é dedicado este livro que o leitor tem nas mãos. O momento fundador desse percurso é a obra *Hegemony and Socialist Strategy*, de 1985. Procurando superar os limites de uma visão determinista do processo histórico, de acordo com a qual as possibilidades de transformação política estariam determinadas pela evolução da realidade económica, Laclau e

Mouffe abriam aí terreno a um posicionamento pós-marxista. E se, desde então, continuaram a partilhar com o marxismo a necessidade de uma ruptura com a ordem capitalista e liberal vigente, dele se distanciaram em razão de os marxistas em geral continuarem a fazer depender a sua estratégia de acção de um tal entendimento determinista e economicista da política. Um entendimento que se terá formado e consolidado ainda no século XIX, resistindo posteriormente ao impacto de um acontecimento como a revolução de Outubro de 1917, a qual mostraria a possibilidade política de eclosão de uma revolução socialista ali onde o capitalismo industrial ainda não havia amadurecido.

Este apelo de Laclau e Mouffe a uma revalorização do poder transformador da acção política ganharia novo fôlego já nos primeiros anos do século XXI, agora à boleia dos avanços conseguidos pela esquerda latino-americana. A experiência de governos socialistas e progressistas que marcaram a história recente da Argentina, com os Kirchners, ou da Venezuela, com Chávez, constituiria um motivo imediato da teorização que Ernesto Laclau elaborou no seu ensaio *La razón populista* (2005), um livro ainda por editar em Portugal. Nesses populismos sul-americanos de início do século XXI, Laclau e Mouffe encontraram um sintoma da reemergência de um entendimento colectivo do sujeito político, contra o individualismo incutido pela cultura política liberal, e encontraram também a afirmação de uma concepção agonística da própria política, entendida como um terreno de conflito, luta e paixão — e já não uma prática rotineira, orientada para a administração e reprodução da economia e da sociedade.

Existirão certamente boas razões para que as esquerdas europeias não aceitem o desafio que lhes é lançado por Mouffe neste livro. Autores como Michael Hardt e Antonio Negri argumentaram uma e outra vez a respeito dos limites inerentes à hipótese de um populismo de esquerda. Por exemplo, por mais que seja *esquerdizado*, o populismo não deixa de incorrer

numa prática política fortemente hierarquizada. Mas nem por isto a proposta de Mouffe deverá ser descartada do debate que as esquerdas travem entre si. Entre os efeitos meritórios que o debate da hipótese de um populismo de esquerda pode trazer consigo, destacaria a oportunidade para a esquerda europeia redefinir os termos da sua relação com o povo.

Em grande medida, nos últimos dez anos, essa relação tem oscilado entre, por um lado, a identificação e representação pela esquerda dos sofrimentos que a crise do capitalismo veio infligir no tecido social e na vida popular e, por outro, a crítica ao voto nos populismos de direita e extrema-direita, um voto cujos eleitores são, não raras vezes, caracterizados pela esquerda como seres culturalmente destituídos, em função de uma sua menor formação escolar ou em resultado da sua distância ao mundo das grandes cidades. Ora, a hipótese de um populismo de esquerda delinea uma terceira forma de relacionamento entre a esquerda e o povo. A essa forma de relacionamento podemos chamar política. O povo não é agora uma simples vítima social da engrenagem económica de um capitalismo em crise, nem tão-pouco se queda refém de uma sua alegada inferior condição cultural. Ele é um sujeito político.

JOSÉ NEVES



Introdução

Este livro tem origem na minha convicção de que é urgente a esquerda compreender a natureza da conjuntura actual e o desafio que representa o «movimento populista». Somos testemunhas de uma crise da formação hegemónica neoliberal e esta crise abre a possibilidade de construção de uma ordem mais democrática. Para sermos capazes de aproveitar esta oportunidade, é essencial enfrentarmos a natureza das transformações que ocorreram nos últimos trinta anos e as suas consequências para a política democrática.

Estou convencida de que a razão por que há tantos partidos socialistas e social-democratas em crise é terem-se a uma concepção inadequada da política, uma concepção cuja crítica está no centro da minha reflexão já há muitos anos. Esta crítica começou com *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, escrito em colaboração com Ernesto Laclau e publicado em 1985.

O que nos motivou foi a incapacidade da política de esquerda, tanto nas versões marxista como social-democrata, de ter em conta uma série de movimentos nascidos das revoltas de 1968 e que corresponderam à resistência a formas variadas de domínio que não podem ser formuladas em termos de classe. A segunda vaga do feminismo, o movimento *gay*, a luta contra o racismo e as questões relacionadas com o ambiente transformaram profundamente o panorama político, mas os partidos da esquerda tradicional não foram receptivos a essas exigências, cujo carácter político não reconheceram. Foi com o objectivo de remediar a situação que decidimos investigar as suas razões de ser.

Não tardámos a perceber que os obstáculos a superar vinham da perspectiva essencialista que dominava o pensamento de esquerda. De acordo com essa perspectiva, a que chamámos «essencialismo de classe», as identidades políticas eram a expressão da posição dos agentes sociais nas relações de produção e os seus interesses eram definidos por ela. Não nos surpreendeu que esta perspectiva se tenha revelado incapaz de abarcar as exigências que não se baseavam na «classe».

Uma parte importante do livro era dedicada à refutação dessa abordagem essencialista, com recurso a ideias pós-estruturalistas. Combinando estas perspectivas com as de Antonio Gramsci, desenvolvemos uma abordagem alternativa «antiessencialista» com a finalidade de captar a multiplicidade de formas de combate a diferentes tipos de dominação. Para dar uma expressão política à articulação destas lutas, propusemos redefinir o projecto socialista em termos de «radicalização da democracia».

Este projecto consistia no estabelecimento de uma «cadeia de equivalências» que articulasse as exigências da classe trabalhadora com um dos novos movimentos, com a finalidade de construir um «querer comum» que produzisse aquilo a que Gramsci chamou uma «hegemonia expansiva». Ao reformular o projecto da esquerda em termos de «democracia radical e plural», inscrevemo-lo no campo mais amplo da revolução democrática, com a indicação de que há uma multiplicidade de lutas pela emancipação assentes na pluralidade dos agentes sociais e das suas lutas. Com isto, o campo do conflito social alargou-se, em vez de se concentrar num «agente privilegiado» como a classe trabalhadora. Para sermos claros, ao contrário do que dizem algumas leituras distorcidas do nosso argumento, isto não significa que privilegiemos as exigências dos novos movimentos à custa da classe trabalhadora. O que sublinhámos foi a necessidade de uma política de esquerda que articulasse os combates a diferentes formas de subordinação sem atribuir uma centralidade *a priori* a nenhuma delas.

Também defendemos que a extensão e a radicalização dos combates democráticos nunca alcançariam uma sociedade plenamente libertada e que o projecto de emancipação não podia continuar a ser concebido como equivalente à eliminação do Estado. Nunca deixará de haver antagonismos, lutas e opacidade social. É por essa razão que o mito do comunismo como sociedade transparente e em que se deu uma reconciliação final — o que implica claramente o fim da política — tem de ser abandonado.

O livro foi escrito numa conjuntura marcada pela crise da formação hegemónica social-democrata estabelecida no pós-guerra. Os valores social-democráticos estavam a ser desafiados pela ofensiva neoliberal, mas continuavam influentes como parte do senso comum europeu ocidental e o nosso objectivo era descobrir formas de os defender e radicalizar. Infelizmente, quando a segunda edição de *Hegemony and Socialist Strategy* saiu, em 2000, observámos na nova introdução que nos quinze anos decorridos desde a sua publicação tivera lugar uma regressão de grande amplitude. Com o pretexto da «modernização», um número cada vez maior de partidos social-democratas pusera de lado a identidade de «esquerda» e redefinira-se eufemisticamente como de «centro-esquerda».

Foi esta nova conjuntura que analisei em *On the Political*, publicado em 2005, um livro em que examino o impacto da «terceira via» teorizada no Reino Unido por Anthony Giddens e posta em prática por Tony Blair e pelo New Labour. Mostrei como, tendo aceitado o terreno hegemónico estabelecido por Margaret Thatcher em torno do dogma de que não há alternativa à globalização neoliberal, a famosa «TINA», o novo governo de centro-esquerda acabou por pôr em prática aquilo a que Stuart Hall chamou «uma versão social-democrática do neoliberalismo». Defendendo que o modelo político de oposição entre esquerda e direita se tornara obsoleto, e ao celebrar as virtudes do «consenso ao centro» entre o centro-direita e o centro-esquerda, o chamado «centro radical» promovia uma forma tecnocrática de política

de acordo com a qual a política não é um confronto mas uma gestão neutra da coisa pública.

Como dizia Tony Blair, «a escolha não é entre uma política económica de esquerda e outra de direita, mas entre uma boa e uma má política económica». A globalização neoliberal era encarada como um destino que tínhamos de aceitar, e as questões políticas eram reduzidas a meras questões técnicas que deviam ser resolvidas pelos especialistas. Não era deixado espaço para uma verdadeira escolha dos cidadãos entre diferentes projectos políticos e o seu papel era limitado à aprovação de medidas políticas «racionais» elaboradas por esses especialistas.

Ao contrário dos que apresentavam este estado de coisas como um progresso para uma democracia madura, defendi que esta situação pós-política estava na origem de um processo de desinteresse pelas instituições democráticas, manifestado no nível cada vez mais alto de abstenção eleitoral. Chamei igualmente a atenção para o êxito crescente dos partidos populistas de direita, que diziam oferecer uma alternativa que devolvia ao povo a voz que lhe fora confiscada pelas elites do regime. Insisti na necessidade de romper com o consenso pós-político e de reafirmar a natureza facciosa e partidária da política com o fim de criar condições para um debate «agonístico» em torno de alternativas possíveis.

Na altura, apercebo-me agora, ainda pensava que os partidos socialistas e social-democratas podiam ser transformados de forma a pôr em prática o projecto de radicalização da democracia que defendemos em *Hegemony and Socialist Strategy*.

É óbvio que isto não aconteceu e os partidos social-democratas iniciaram um processo de declínio na maior parte das democracias europeias ocidentais, ao mesmo tempo que o populismo de direita tem feito avanços consideráveis. No entanto, a crise de 2008 trouxe à luz as contradições do modelo neoliberal e hoje a formação hegemónica neoliberal está a ser posta em causa por uma grande variedade de movimentos de oposição ao poder, tanto de

direita como de esquerda. É esta nova conjuntura, a que chamo «movimento populista», que agora pretendo escrutinar.

O argumento central deste livro é que para fazer frente à crise hegemónica é necessário estabelecer uma fronteira política e que o populismo de esquerda, entendido como uma estratégia discursiva de construção de uma fronteira política entre «o povo» e «a oligarquia», constitui, na conjuntura presente, o tipo de política necessária para recuperar e aprofundar a democracia.

Quando escrevi *On the Political*, sugeri que se regressasse à fronteira esquerda/direita, mas actualmente estou convencida de que, configurada da maneira tradicional, uma fronteira desse tipo deixou de ser adequada para articular um colectivo que contenha a variedade de exigências democráticas que existem hoje. O momento populista é expressão de um conjunto de exigências heterogéneas, que não podem ser formuladas meramente em termos de interesses ligados a determinadas categorias sociais. Além disso, surgiram novas formas de subordinação no capitalismo neoliberal exteriores ao processo de produção. Estas deram origem a exigências que já não correspondem a sectores sociais definidos em termos sociológicos e pela sua localização na estrutura social. Estas exigências — a defesa do ambiente, a luta contra o sexismo, o racismo e outras formas de dominação — tornaram-se cada vez mais centrais. É por isso que a fronteira política de hoje tem de ser construída num modo «populista» transversal. Ainda assim, também defendo que a dimensão «populista» não é suficiente para especificar o tipo de política exigida pela conjuntura presente. Tem de ser qualificado como populismo de «esquerda» para indicar os valores que este populismo persegue.

Por reconhecer o papel crucial desempenhado pelo discurso democrático no imaginário político nas nossas sociedades e estabelecer em torno da democracia como significante hegemónico uma cadeia de equivalências entre as lutas multifacetadas contra a subordinação, uma estratégia populista de esquerda pode responder às aspirações de muitos. Penso que ao longo dos próximos

anos o eixo central do conflito político vai ser entre populismo de direita e populismo de esquerda. Por essa razão, é através da construção de um «povo», uma vontade colectiva que resulta da mobilização de afectos comuns em defesa da igualdade e de justiça social, que é possível combater as políticas xenófobas promovidas pelo populismo de direita.

Ao recriar as fronteiras políticas, o «momento populista» aponta para um «regresso do político» ao fim de vários anos de pós-política. Este regresso pode abrir caminho às soluções autoritárias — por meio de regimes que enfraquecem as instituições social-democráticas —, mas também pode conduzir a uma reafirmação e a uma extensão dos valores democráticos. Tudo vai depender das forças políticas que conseguirem hegemonizar as exigências democráticas correntes e do tipo de populismo que saia vitorioso da luta contra a pós-política.